

RESENHAS CRÍTICAS

CAMINHA, Pero Vaz de (1992). *Lettera sulla scoperta del Brasile*, edição italiana de Vera Lúcia de Mello Rodrigues, Palermo, Sellerio, 82 p.

Trata-se de versão italiana da famosa carta de Pero Vaz de Caminha, cidadão do Porto e escrivão da frota cabralina, dirigida a el-rei, D. Manuel I. Anterior à presente versão, temos outra, do Prof. Sílvio de Castro, catedrático da Universidade de Pádua, a primeira em data. De assinalar o interesse de universitários europeus por um documento que o competente Jaime Cortesão chamou "o auto do descobrimento do Brasil e da sua posse em nome de Cristo, pela Coroa Portuguesa".

O trabalho consta de três partes: a) a tradução italiana; b) notas ao texto; c) leitura interpretativa da Carta.

Quanto ao item "a" não nos pronunciaremos, pois damos como pacífica a excelência da tradução da Profª Vera Lúcia. O texto português que lhe serviu de base foi o da edição em fac-simile de Jaime Cortesão, Rio de Janeiro (e não S. Paulo), Livros de Portugal, 1943. Na realidade, essa edição consta não só da reprodução fac-similada da Carta, mas ainda da sua leitura semidiplomática e de um texto adaptado à linguagem atual. De qualquer forma, ter partido do texto de Cortesão foi, sem dúvida, a melhor opção.

As notas são curtas, precisas, informativas. Para redigi-las, diz-nos ter-se abeberado em Leonardo Arroyo, Damião Peres, Antônio Baião e Jaime Cortesão. A A. selecionou algumas palavras, expressões ou passagens que lhe pareceram de maior urgência para entendimento do texto, tendo evitado digressões de caráter lexicológico ou filológico. Sobre os itens "b" e "c" faremos pequenas observações.

Na nota 52, p. 53, a A., reportando-se ao trecho da *Carta* onde Caminha fala em "papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos", comenta: "l'uccello rosso in questione non è un pappagallo, bensì una **arara**". Parece-me que sim, hoje fazemos essa distinção, o que não ocorria na época de Caminha. **Papagaio** era palavra genérica, designava psitacídio que se destacava pelas cores da plumagem. Morais (1813) assim define PAPAGAIO: "Ave vulgar de bico revoltado; verde, ou cinzenta; arremeda a fala humana". A não referência à cor vermelha reforça a idéia de se tratar de "arara". Contudo este termo, de origem tímica, ainda obviamente não o conheciam os portugueses. Quanto aos papagaios verdes pe-

queninos, deviam ser periquitos, palavra que, segundo A. G. Cunha, só se documenta em português a partir do séc. XVII.

Vimos que Morais atribui também cor cinzenta às penas do papagaio. Em outro passo da *Carta* (p. 228, ed. Cort.), fala Caminha de novo em **papagaios** "deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece haver muitos nesta terra".

Olivério Pinto estranhou a cor parda em papagaios, pois, diz, "nenhuma espécie de psitácido (sic) conheço na região baiana capaz de admitir semelhante informe descritivo". A propósito informa Cortesão que "**papagaios pardos** são mais que uma vez mencionados nas descrições contemporâneas das costas da Guiné" (p. 318). Note-se que Morais dá também ao papagaio coloração cinzenta. O papagaio devia de ter para os portugueses algo de exótico; a ave falante que lhes era mais familiar era a **pega**, que, aliás, não tem bico revoltado.

Na tradução do texto onde se lê (p. 223, Cort.) "são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas", a Prof^a Vera Lúcia traduziu **cabelo** como **pelo**, pois julga tratar-se de um lapso de Caminha (p. 52). Cortesão, é claro, manteve "cabelo" e, em italiano, compreende-se a tradução como **pelo**. O que se pode pôr em dúvida é o pretendido "lapso" de Caminha; **capillus**, em latim, podia também usar-se em referência aos fios mais ou menos espessos que cobrem a pele dos animais. Não creio que **cabelo** no sentido de **pelo** seja um hápax de Caminha.

A leitura semântico-cultural do texto traz como epígrafe estas palavras retiradas à *Carta*: "... questa è gente bestiale... Eppure, sono molto sani e moto puliti...". O lance em Cortesão é o seguinte: "... do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isto andam muito bem curados e muito limpos" (p. 222).

Esta observação cresce de importância quando se topa, na leitura interpretativa do texto, a respeito de **pelo/cabelo**, com este comentário: "L'etnologo non riesce a classificarli e questo lapsus flagrante denota l'incertezza di Caminha: non sa se sono uomini (e hanno capelli) oppure se sono animali (e hanno piume). (p. 63)

Ora, Caminha sabe muito bem que os indígenas são seres humanos, **gente**. Para o escrivão, viviam ainda em estado de inocência e chegou a compará-los a Adão: "Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha" (239). Ou ainda: "Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos" (233). Por isso termina fazendo este pedido a El-Rei: "se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar". (238)

Em relação às indígenas, vê-se de imediato que Caminha se deixou por elas encantar. "Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas" (210). E, mais adiante: "E

uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela" (211-212).

Na verdade, nem eles nem elas poderiam parecer a Caminha "Un ibrido che la natura non aveva ancora prodotto" (63).

O que causou espécie à Prof^a Vera Lúcia foi o adjetivo **bestial** aplicado ao silvícola. O mesmo aconteceu ao Prof. Silvio Castro, que, contudo, ponderou: "L' uso di questo aggettivo "bestial", apparentemente in contrasto con la costante simpatia dimostrata da Caminha in relazione alla gente della nuova terra, non deve essere preso alla lettera, in quanto esso rientra nel particolare spirito semantico del portoghese arcaico" (1984:112).

Alla lettera, quer dizer no sentido corrente, atual, aquele com que a palavra é usada entre nós. **Bestial** pode ter ainda o sentido atenuado de "rude", "grosseiro". Lembrem-se os **Bestiários** medievais, que "procuravam acrescentar uma dimensão mística à visão do mundo material dos naturalistas", como se lê na Introdução ao *Livro das Aves*, editado sob a orientação de Nelson Rossi, Rio de Janeiro, MEC/INL, 1965. O adjetivo não pode, pois, ser interpretado isoladamente, fora do contexto geral da *Carta*.

Para a Prof^a Vera Lúcia, "Caminha non riesce ad uscire da sé per capire l'indiano o per riconoscere in lui un soggetto avente diritto di scelta. L'alterità è rivelata e rifiutata allo stesso tempo" (60).

Ultimamente vem-se usando e abusando do conceito de "cultura", em sentido antropológico ou mesmo cosmológico. Na esteira de Spengler, que não é citado, as culturas são apresentadas como algo de estereotipado, mônadas fechadas, com dinamismo próprio mas limitado. Tal cultura, tal homem.

Ora essa doutrina leva inevitavelmente a uma aporia. Se as culturas são incomunicáveis, como poderei eu **riuscire** a sair daquela a que pertença? Nada de espantar, portanto, que Caminha não **riesca** a **uscire da sé**. Mas, se ele pode transgredir a sua cultura, por que o índio também não poderá fazê-lo? A verdade é que a alteridade existe, mas em relação à pessoa humana (porque o **outro** é **outro eu**), e não em relação à cultura, onde a alteridade é relativa. A realidade é que as culturas (antropológicas) são permeáveis e que existem culturas superiores e inferiores. E o prisma que as distingue é o de **outro** tipo de cultura, ou seja, a do saber adquirido e não a do saber transmitido. O problema da "sabedoria", p.ex., se coloca em outro plano, e Bergson (*Les deux sources*) pôs em evidência a superiordade do misticismo cristão sobre as demais formas de experiência mística. A pretensão de Caminha de "inculturar" o indígena era, pois, legítima. A inculturação não se discute, os seus métodos, sim.

Outro ponto em que a Prof^a Vera Lúcia vê distorção na pretendida objetividade de Caminha está no julgamento da mulher indígena, no qual descobre traços de "machismo", como hoje é moda dizer. Salienta, p. ex., que "Più della metà delle parole che compogono la Lettera (circa 5.500) verrà usata per descrivere l' uomo che abita la terra appena scoperta, e solo cinquecento circa per descrivere la donna" (58).

Mais adiante (p. 64) será mais incisiva: "La donna tupiniquim, oltre a essere indiana, è innanzitutto donna e, come tale, ancora di più inferiore. Solo a lei non è concesso di stare nuda. Sulla sua nudità vengono fatti apprezzamenti di natura allusiva, oltre che erotica. L' unico riferimento alla nudità dei maschi, invece, riguarda il fatto che non sono circoncisi, bensì erano tutti come noi".

Não sei por que a reivindicação da nudez seja mais um avanço do progresso do feminismo. A preocupação dos portugueses de cobrirem o nu feminino parece-me antes manifestação de respeito pelo corpo da mulher (o que, infelizmente, hoje não se dá, e é mais um triste sinal da decadência deste dissoluto final de século). E, quanto ao fato do escrivão se sentir mais atraído pelos encantos corporais das indígenas do que pelos do sexo oposto, **nil admirari**.

Em relação aos meios de comunicação entre os ádvenas e os nativos, muito pouco se poderia realmente ter conseguido nos dez dias de permanência nas costas das novas terras. A bordo não havia lingüistas, e a presença de um intérprete de nada adiantaria, pois a língua dos silvícolas não mostrava a menor afinidade com as do mundo de onde provinham. O contacto tinha de fazer-se, e de fato assim ocorreu, por meio de sinais. Entenderam-se um pouco. E isso, naturalmente, o reconheceu a Prof^a Vera Lúcia: "Se il tentativo de comunicazione verbale è frustrante o vano, con l' altra forma di linguaggio, quello dei segni – e, più precisamente quello dei segni riconosciuti in ambito portoghese come espressione di uno status sociale o, comunque, gerarchico –, le cose non vanno meglio" (69-70).

Mas de todos os sinais que ficaram documentados dessa breve passagem dos navegadores portugueses em terra futuramente brasileira, nenhum se elevou mais que a cruz chantada de frente para o mar. "Infatti, in Brasile, al posto della pietra, dovettero costruire e lasciare una **cruz-padrão**, sulla quale croce fissarono le insegne di **El-Rei** portoghese, in un luogo dove **potesse esser vista meglio**" (47). Nascia a **Terra da Vera Cruz**.

Como dissemos, a edição da *Carta* preparada pela Prof^a Vera Lúcia de Mello Rodrigues consta de três partes. Sobre a primeira, a versão italiana, não nos manifestamos, pois a temos como de melhor qualidade. A segunda, são as notas, breves mas seguras, muito elucidativas. Se o trabalho tiver nova edição, o que merece, talvez possam ser ampliadas. A terceira parte, exegese do relato, pretende-se uma leitura não superficial, mas interpretativa, a nível mais profundo, do autêntico sentido cultural do texto. É natural que a Prof^a Vera Lúcia tenha empregado, para fazê-lo, as lentes de seu equipamento intelectual, o que gera controvérsias em torno desta sua versão não idiomática, mas ideológica do documento. Por isso suscitará críticas e

reflexões, como as que ora fazemos, que só poderão concorrer para a valorização do seu estudo. Assim o esperamos.

Sílvio Elia

CASTILHO, Ataliba T. de (1992). *O Português do Brasil*. Apêndice ao livro de Ilari, Rodolfo *Linguística Românica*, São Paulo, Ática.

Este apêndice compreende as trinta páginas finais do livro em epígrafe do Prof. Ilari (285 páginas). É, pois, uma síntese, um resumo interpretativo da situação atual da língua portuguesa no Brasil.

Para historiar a questão, parte o Prof. Castilho do texto que o Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, escreveu sobre a língua portuguesa no Brasil, na *Introduction à l'Atlas Ethnographique du Globe*, organizado em Paris por Adrien Balbi. Texto, aliás divulgado entre nós por João Ribeiro, em *A língua nacional* (1ª. ed. 1921).

Em três direções construiu o Prof. Cast. a sua exposição: a) o problema da implantação do português do Brasil (PB), b) as variedades do PB; c) o PB e a sociedade nacional (p. 237).

Retomando o tema da implantação da língua portuguesa no Brasil que, segundo o Prof. Cast., já produziu "vasta literatura", faz o referido mestre a seguinte reflexão:

É, justamente a ênfase em certos aspectos [do citado problema], com prejuízo de outros, acaso mais centrais, que tem enviesado a discussão, fazendo ressaltar o que é periférico e comprometendo a percepção do conjunto. (237-238).

Para corrigir tais desvios e assim "dar uma visão equilibrada sobre os problemas de importância maior para o PB", oferece o Prof. Cast.

um contraponto aos trabalhos de síntese de Elia (1940 e 1979), Chaves de Melo (1946), Silva Neto (1951), Fortes (1957), Lima Sobrinho (1958), Ribeiro (1959), Houaiss (1960 e 1985), Cunha (1964 e 1968). (238).

Nessa relação aparece o sobrenome **Ribeiro**, com data de 1959. Indo-se à bibliografia, verifica-se tratar-se de **Joaquim Ribeiro**, filho do grande e saudoso filólogo **João Ribeiro** (por sinal, ambos **Ribeiro, J.**).

João Ribeiro, pioneiro do estudo da língua portuguesa no Brasil, não está incluído na bibliografia, o que é injustificável. E o filho aparece referenciado de maneira equívoca. Também conviria incluir na "vasta literatura" o historiador José Honório Rodrigues, autor de importante trabalho, ora integrando a sua *História Viva* (São Paulo, Global, 1985), com o título "A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial". E, embora discordemos frontalmente da tese nele apresentada e defendida, não podemos deixar de registrar a ausência do estudo "Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira", da lavra do Prof. José Ariel de Castro, cento e vinte e oito páginas (258-385) do vol. 1, da 3a. ed. da *A Literatura no Brasil*, direção de Afrânio Coutinho.

No item respeitante à implantação do PB, vê Cast. três aspectos: a lusitanização do Brasil, a mudança do PB, as hipóteses interpretativas do PB.

No tocante ao primeiro aspecto, parte o Prof. Cast. do ano de 1532, quando, diz, se deu a ocupação efetiva do Brasil, com a distribuição de quinze capitânias hereditárias (238). Adota assim a mesma data já preconizada pelo saudoso Silva Neto em sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2a. ed., 1963:73. Na verdade, 1532 foi o ano em que D. João III comunicou em carta a Martim Afonso o seu intento de repartir terras do Brasil entre homens de prol, para a empresa do povoamento e da colonização (v. Viana, Hélio, *História do Brasil I*, São Paulo, Melhoramentos, 8a. ed., 1970: 62).

Ocupa-se a seguir o Prof. Cast. com a debatida questão da proveniência dos colonos portugueses vindos à época para o Brasil. A questão, como se sabe, é um tanto enigmática, pois, apesar dos fortes contingentes migratórios do Norte de Portugal (Minho, Trás-os-Montes), a pronúncia brasileira se aproxima antes da do Sul que da do Norte, fato já salientado por Franco de Sá (1915). Pelos motivos demográficos acima referidos, Oliveira Viana, em *Evolução do povo brasileiro*, pendia para a proveniência nortenha; Antenor Nascentes, filólogo e linguísta, apoiando-se em realidades do plano fônico, inclinou-se para a origem sulista. Também neste sentido manifestou-se o romanista W.J. Entwistle em *The Spanish Language*.

Serafim da Silva Neto, que trouxe tais elementos para a sua já citada *Introdução*, assumiu uma **terza via**: os colonos teriam chegado de todas as partes da metrópole e, pelo contato e interação, se teria formado uma espécie de **koiné**, onde se diluiriam os tipicismos regionais. Tipicismos do Norte de Portugal são, p. ex., a pronúncia africada do fonema normalmente transcrito como **ch**, a existência de sibilantes áptico-alveolares, um fonema de articulação intermediária entre /b/ e /v/. De fato, com exceção da africada **ch**, ocorrente em zona caipira do Brasil, tais pronúncias não se ouvem em boca de brasileiros. A esse propósito, na mesma p. 238, escreve o Prof. Cast.:

Apesar dessas correspondências [isto é, das correspondências entre a pronúncia dos falares meridionais de Portugal e a brasileira], a constatação de que se processa em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais tem sido invocada para rejeitar a hipótese meridionalista (Lindley Cintra, 1958).

O nome de Cintra é lembrado a propósito de comunicação apresentada pelo saudoso mestre português ao Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. Contudo não se percebe por que "a constatação de que se processa em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais" pudesse ser invocada como argumento "para rejeitar a hipótese meridionalista". O contrário é que seria de esperar. Cintra, p. ex., declara ser "impossível prescindir dos falares meridionais portugueses para explicar certos aspectos do português do Brasil" (p. 195 dos *Anais do Congresso*).

Julgando insuficiente a tese de Silva Neto – nivelação dos falares nas zonas de colonização – Cintra introduz novo fator explicativo: a maior "força expansiva" dos falares do Sul, fator que teria atuado tanto em Portugal quanto no Brasil. Mas do fato de que "se processa em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais", não se pode tirar a conclusão de que há em tal constatação elementos "para rejeitar a hipótese meridionalista". Ao revés, sai reforçada.

De passagem, declaro minha maior simpatia pela tese de Serafim da Silva Neto.

Na p. 239, diz o Prof. Cast.: "À chegada dos portugueses, pouco mais de um milhão de indígenas, distribuídos por cerca de 300 línguas diferentes, povoavam o território".

Ora, o cálculo de povoadores indígenas à época do Descobrimento é bastante aleatório. Não havia "Brasil", não havia fronteiras territoriais e muito menos estatísticas. Puras especulações. Antônio Houaiss, que gosta de trabalhar com estatísticas, observa em *O Português no Brasil*:

As retrojeções que têm sido feitas das populações indígenas brasileiras vão de 4,5 milhões a 10 milhões de habitantes. (1985:50)

Um milhão, quatro milhões, dez milhões..., eis um terreno que deve ser pisado com bastante cautela. Por isso preferimos a posição prudente de Júlio César Melatti: "Não se sabe quantos grupos indígenas existiam no Brasil [entenda-se, no território que hoje chamamos Brasil] quando se iniciou a conquista européia" (*Índios do Brasil*, 4a. ed., São Paulo, 1983:29).

Na p. 239 lê-se: "Designados genericamente Tupinambás por nossos primeiros cronistas – que se referiam com certeza às tribos que habitavam o litoral – os índios" etc.

Não me parece tranqüila a afirmação de que os nossos primeiros cronistas designassem genericamente **tupinambás** os índios da costa. O que é comum entre os mais antigos informantes a respeito das línguas indígenas é ressaltar a relativa unidade dos falares indígenas do litoral, "a língua mais usada na costa do Brasil", segundo o padre jesuíta José de Anchieta, que dela fez uma gramática (1595). O nosso primeiro grande lingüista, Joaquim Mattoso Câmara Jr., em *História e estrutura da língua portuguesa*, declara:

Os dialetos que falavam [os indígenas], foram aprendidos pelos brancos, e daí se desenvolveu uma língua geral de intercurso, que era fundamentalmente o dialeto tupinambá, de um dos grupos mais importantes e mais em contacto com os Portugueses. (Rio de Janeiro, Padrão, 1975: 29)

No mesmo sentido se pronuncia o Prof. Aryon D. Rodrigues:

A língua indígena tradicionalmente mais conhecida dos brasileiros – conquanto esse conhecimento se limite em regra só a um de seus nomes, Tupi – é justamente o Tupinambá. Esta foi a língua predominante nos contatos entre portugueses e índios nos séculos XVI e XVII e tornou-se a língua da expansão bandeirante no sul e da ocupação da Amazônia ao norte. (*Línguas brasileiras*, São Paulo, Loyola, 1986: 21)

Não estou em condições de afirmar que a variante tupinambá do tupi tenha sido realmente a língua que serviu de base para a língua geral brasílica. Mas daí não se pode inferir que os nossos primeiros cronistas designassem genericamente, como tupinambás os indígenas do litoral. Cito em contrário apenas um autor, o Pe. Fernão Cardim (1548–1625), em seu trabalho conhecido como *Tratados da terra e gente do Brasil*, na ed. Itatiaia / EDUSP, 1980. Nas págs. 101-103, que iremos resumir, referindo-se à língua mais geral da costa (que podemos chamar o tupi), alinha as dez nações que a falam. Os primeiros são os **potiguaras**, senhores da Paraíba, 30 léguas de Pernambuco; vêm a seguir os **tupinabas** (tupinambás), que habitam do rio Real até junto dos Ilhéus; por uma corda do rio de São Francisco vivia outra nação a que chamavam **caaeté** (caeté); dos Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo, habitava outra nação, que chamavam **tupinaquim** (tupiniquim); outra nação, a que chamam **tegmegminó** (temininó), mora no Espírito Santo; outra nação se chama **tamuia** (tamoio) e se encontra no Rio de Janeiro; segue-se a nação **carijó**, para além de São Vicente (seleccionamos as que nos pareceram mais importantes). Adverte ainda o consciencioso jesuíta que há outras nações contrárias e inimigas destas, de diferentes línguas, conhecidas em geral por **tapuias**. Portanto nenhuma designação **genérica** para todas essas nações.

Diz ainda o Prof. Castilho:

Duas línguas foram descritas durante o Brasil-Colônia: o tupinambá ou tupi antigo (documentado na gramática do Padre Anchieta, falado no litoral, de São Paulo ao Maranhão, donde sua designação de "língua geral" ou "língua brasilica") e o Kariri, do tronco Macro-Jê, falado no Sergipe e em partes da Bahia e de Pernambuco. (239)

A sistematização do tupi por Anchieta é bastante conhecida e tem um peso histórico que o cariri está longe de alcançar. Demais o Prof. Castilho nada nos diz quanto ao autor e à obra referentes ao cariri. Creio que se trata do Pe. Luis Vincencio Mamiani, que escreveu uma *Arte de gramática da língua brasilica da naçam Kiriri*, Lisboa, 1699, reeditada em 1877 no Rio de Janeiro, reprodução facsimilada por iniciativa de Rodolfo Garcia em 1943 (data provável).

Passa a seguir o Prof. Castilho da apreciação das línguas indígenas para as africanas e declara que "de 1538 a 1855 foram trazidos 18 milhões de escravos negros" para o Brasil (239). Ora, esse número é exagerado e já foi solidamente contestado. Leia-se, p. ex., o que escreveu Renato Mendonça em *A influência africana no português do Brasil*, onde, após a análise de várias estatísticas e documentos, chega à seguinte conclusão:

Eis por que reduzimos a 7 milhões o número global de africanos entrados no Brasil, quer passados pelas nossas Alfândegas, quer produtos de contrabando. (p. 34 da 4ª. ed., MEC/Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973).

Esse número ainda me parece alto, pois o crescimento da população negra no Brasil não decorreu somente da migração forçada, mas também, é óbvio, da proliferação nativa. Luiz Viana Filho foi mais comedido: "Conhecida, pois, a importação da Bahia – 1.067.080 –, teríamos para todo o Brasil um total de 4.268.320 escravos, até 1830. 4.300.000 para arredondar." (*O negro na Bahia*, 2a. ed., Rio de Janeiro, Martins/INL, 1976:89).

O notável antropólogo patricio Castro Barreto, em livro de 1951, *Povoamento e população*, traz a seguinte importante informação:

O primeiro censo feito com boa organização só veio porém em 1819, por ordem do Conselheiro Veloso de Oliveira e dá-nos uma população de 4.396.231 habitantes, onde se incluíam 800.000 índios bravios (sic). (Rio de Janeiro, José Olympio, p. 104)

Por estimativa, na mesma página, chega Castro Barreto ao cômputo de 7.677.800 h. em 1856, para todo o Brasil. Onde encaixar, pois, os 18 milhões de escravos negros?

Cita o Prof. Cast. o trabalho realmente meritório da Prof. Yeda Pessoa de Castro sobre a interação social dos falares africanos no Brasil Colônia, assunto de

que tratou excelentemente no Primeiro Congresso Nacional de Sócio e Etnolinguística, realizado em 1978 em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba (e cujas atas, com valiosas comunicações, até hoje infelizmente e surpreendentemente não foram publicadas) com a colaboração do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Na opinião, transcrita, da eminente professora (que, a nosso pesar, não consta ter prosseguido em seus estudos), as semelhanças fonológicas entre as línguas do grupo banto e o português (mesmo número de vogais, os vocábulos terminam em vogal, as sílabas normalmente são abertas) poderiam explicar a não emergência no Brasil de um falar crioulo de base africana. Isto é, teria sido relativamente fácil aos negros africanos assimilar a fonologia do português, o que os levaria à mais rápida assimilação dessa língua em detrimento de seus falares nativos.

A hipótese é aceitável, mas contestável. As línguas do grupo banto têm uma estrutura morfológica bem distinta da do português, com seus prefixos, infixos e sufixos, que as aproximam do tipo aglutinante, ao passo que o português, como se sabe, é uma língua flexiva. Demais o sistema fônico apresenta vários pontos de ruptura em relação ao português, como as consoantes nasaladas, a inexistência de ditongos, a duração vocálica. Mais razoável supor a influência dos falares africanos na queda das consoantes finais, particularmente /l/ e /r/, no português do Brasil, dado que os vocábulos do banto terminam sempre em vogal. A apócope do /r/ atinge mesmo a fala de pessoas cultas do Centro e do Norte do país, onde as formas verbais infinitivas soam normalmente, p. ex., **amá, fazê, partí**. O /l/ cai nas falas populares do interior (capitá federá, bala de mé); em grande parte do território nacional se vocaliza, como no Rio de Janeiro (carnavau); no Extremo Sul, mantém-se. Mas, de fato, não se criou nenhum falar crioulo de base africana.

Ao se ocupar com "A mudança do PB", identifica o Prof. Cast. três posições interpretativas: a) a hipótese evolucionista; b) a h. crioulista; c) a h. internalista (ou antes, estruturalista).

A hipótese evolucionista, que teve eco na fase romântica de nossa literatura, contemporânea dos rescaldos da Independência, é a que pode ser simbolizada no dito famoso de Monteiro Lobato de que, assim como o português saiu do latim, o brasileiro está saindo do português. É uma interpretação de cunho naturalista, ainda confusamente entendida pelos "teóricos" do momento. A h. crioulista, segundo o Prof. Cast., "fundamenta-se na fase do bilingüismo que ocorreu nos primeiros tempos da implantação do PB" (242). No decorrer da caracterização da h. crioulista, aparecem os nomes dos professores Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo. Quanto ao primeiro se diz afirmar que as diferenças entre o PB e o PP (português de Portugal), surgidas a partir da segunda metade do séc. XVII, "se devem precisamente à base crioula de nossa língua" (243); voltaremos adiante a este ponto. E, em relação a Chaves de Melo, ressalta a explicação de que "a notável uniformidade do português brasileiro se deve à difusão dos falares crioulos gerados na costa, e levados ao interior pelas bandeiras paulistas" (243). A referência é ao livro *A língua do Brasil*, 1946.

Mais especificamente refere-se o Prof. Chaves de Melo ao **dialeto caipira**, falar crioulo do tipo tupi-quimbundo, posteriormente intensamente lusitanizado, que, em virtude das Bandeiras e dos movimentos de população por elas determinados, teriam ampliado sua área geográfica (1971:77). Portanto não se trata de "falares crioulos gerados na costa" e sim de um tipo particular desses falares, o **caipira**. Esclarece, ainda, o Prof. Ch. de Melo que "Só isto pode explicar... a notável unidade relativa da nossa linguagem popular do interior", afirmação na qual o adjetivo **popular** é de presença indispensável.

A h. internalista, de fundo estruturalista, se vale da economia interna do sistema para dar conta das transformações que as línguas vão sofrendo ao longo de sua vida histórica. O desequilíbrio do sistema favoreceria a realização de certas tendências que lhe seriam inerentes. É a **deriva (drift)** de Sapir. O Prof. Cast. exemplifica com a razão buscada por Mattoso Câmara Jr. para elucidar o uso, tão freqüente no português do Brasil, de **ele** em função de objeto direto. É mais uma explicação (pouco satisfatória, aliás), para se contrapor quer à hipótese crioulista quer à da conservação de um arcaísmo.

No tocante a essa visão interpretativa do Prof. Cast. e, em especial, no referente à hipótese crioulista, teço breves considerações.

Historicamente, em relação ao problema, quatro respostas sucessivas se levantaram: **naturalista, culturalista, estruturalista, sociolingüística**.

A primeira, inspirada no biologismo dominante na época, não encontrou padrinho de seu, porque os litigantes de então, quer brasileiros quer portugueses, não tinham ciência nem consciência dos fundamentos teorizantes a que pretendiam arrimar-se. Essa conscientização só veio a emergir muito mais tarde, na pena de Monteiro Lobato, aliás excelente escritor em língua portuguesa. Está nesta frase, muito repetida, que transcrevo **apud** Pinto, Edith Pimentel, *O português do Brasil* 2, São Paulo, EDUSP, 1981:58:

Assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.

O texto é de 1922.

Essa posição naturalista-evolucionista-biologista não se manteve, porém. Pode-se dizer que deixou de existir a partir do livro inaugural de um novo ciclo, o **culturalista**, da autoria de um então jovem e já valoroso filólogo, o Prof. Serafim da Silva Neto. Trata-se da *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 1ª. ed. 1950. Nele se vê que o epíteto "crioulista" não se ajusta às idéias sobre o tema de S.S. Neto; mais abrangente e mais exato é "culturalista".

Vimos há pouco que a Prof^a Yeda Pessoa de Castro não lobrigara no Brasil uma língua ppte. crioula. O mesmo se deu com o Prof. Silva Neto, que preferia aludir a um **semicrioulo**. Temo-lo nestas palavras:

É natural, portanto, que no decorrer deste primeiro século de colonização, se tenha formado entre estes índios, negros e mestiços, uma linguagem rude de gente inculta, denominada **crioulo**, ou **semicrioulo** pela lingüística moderna. (*Introdução*, 2^a. ed. 1963: 127)

O momento estruturalista não alterou essencialmente tal panorama; limitou-se, como, em sua seqüela, o **gerativismo**, a tentar, com maior ou menor êxito, descrever a fala brasileira. Ainda recentemente (1974), Ada Natal Rodrigues valeu-se do método gerativo-transformacional para descrever o falar caipira da região de Piracicaba. Atualmente vivemos a fase sociolingüística.

Na realidade, na perspectiva interpretativa, só temos dois momentos capitais: o **naturalista** e o **culturalista**, que acabou dominando. As correntes estruturalista e gerativista são, por natureza, sincrônicas e descritivistas, pois ambas se apóiam na noção de estrutura, fruto, pelo lado europeu, da idéia de **sistema**, haurida em Saussure. Sem dúvida, tem o estruturalismo a sua face diacrônica, mas que, aplicada ortodoxamente, iria apenas refinar o velho evolucionismo. O que encontramos, portanto, no momento culturalista é uma visão histórica das línguas que incorpora fatores estruturais e sociolingüísticos. Silva Neto, p. ex., que parece pretende o Prof. Castilho situar na hipótese crioulista, teria rejeitado essa classificação. Em sua *Introdução*, procurou focar a história da língua portuguesa no Brasil do ponto de vista histórico-social, onde colocou os contactos de língua (estrato, adstrato, superestrato), fatores políticos (a transmigração da família real), socioeconômicos (a urbanização). Mesmo quando apelou para a influência dos aloglotas conjugou-a com os dados da metodologia estruturalista ínsitos no sistema, como neste passo:

Postas assim as premissas, vemos claramente que certas mudanças verificadas na linguagem rural ou dialetal do Brasil se explicam, não pela interferência de qualquer substrato ou adstrato, mas por uma rápida evolução, apressada por aloglotas.

O papel destes consistiu, aqui, como alhures, em realizar de imediato o que, em condições normais, levaria séculos para completar-se. (1963:130)

Na p. 208 irá dizer que os novos desenvolvimentos "operam-se rigorosamente no sentido da **deriva**."

Também o Prof. Chaves de Melo, que aparece no item relativo à hipótese crioulista, mostra-se várias vezes mais inclinado a explicar certas particularidades do PB por meio da **deriva** do que pelo contacto de línguas. Assim em *A língua do Brasil*:

A análise dos nossos dialetos revela-nos a existência de muitos fatos que se devem interpretar como **o desenvolvimento ou a realização de tendências latentes, embrionárias ou incipientes na língua-tronco**. (1971:103) Grifo do Autor.

Passa a seguir o Prof. Castilho a ocupar-se com hipóteses interpretativas do PB. Reconhece que fatos inicialmente apontados como prova de brasilidade foram posteriormente reestudados, tendo-se comprovado que se tratava de fenômenos do português quinhentista (244). A seguir faz um elenco de características fonéticas e gramaticais que fundamentariam essa interpretação; ou seja, fatos da fala culta ou popular do Brasil que conservam fenômenos do português europeu quinhentista. Vejamos primeiramente as características fonéticas:

a) fechamento da vogal média (e, o) átona final (**fali** por **fale**, **falu** por **falo**), pronúncia que foi corrente em Portugal até o séc. XVIII; (p. 245).

Note-se, desde logo, que a pronúncia **falu** (forma gráfica **falo**) ainda é a corrente hoje, séc. XX, em Portugal. Quanto ao e átono final, a sua real pronúncia no séc. XVI é controvertida. A pronúncia como **i**, afirmada pelo Prof. Castilho é defendida por Thomas R. Hart Jr. e Herculano de Carvalho, embora este com menos radicalismo; a pronúncia como -ê e -ô é a que parece verdadeira aos professores Révah e Teyssier (e não **Tessyer**, como está nas págs. 245, 246 e também na Bibliografia). Este último, p. ex., assevera em sua *Histoire de la langue portugaise*:

Il faut attendre le XVIIIe. siècle pour voir apparaître les premières indications attestant qu' à cette époque -e est prononcé [i] et que -o est prononcé [u]. (Paris, PUF, 1980:71)

Sobre o assunto, cfr. Carvalho, J. G. Herculano de, "Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas E e O em sílaba átona", *Estudos linguísticos*, Coimbra, Atlântida, 1969, págs. 77-103.

b) rotacismo de l travador de sílaba (**marvado** por **malvado**) na variedade de sujeitos não-escolarizados;

c) supressão de -r final de sílaba: **falá**, **comê**;

d) iodização da palatal [λ] (**muié**, **fiyo**) na variedade não-escolarizada.

Temo não ter entendido bem. Pronúncias como **marvado**, **falá**, **muié** no português quinhentista? Onde a documentação? Nem no português arcaico, nem no português quinhentista, que já é clássico. Tomei o excelente livro de Paul Teyssier *La langue de Gil Vicente*(as datas extremas da cronologia das obras do Plauto português são 1502-1536) e lá realmente encontrei formas como **oyo** (olho), **dormi**

(dormir), **morê** (morrer); mas no item referente a **Caractéristiques de la langue des nègres de Gil Vicente**.

Dentre as características morfológicas do português quinhentista, aponta o Prof. Cast.:

e) emprego de **ter** por **haver** nas construções existenciais: **hoje tem aula**;

f) colocação do pronome pessoal átono em posição predominantemente proclítica: **me empresta dinheiro, vou lhe falar**.

Como se sabe, a descrição do português quinhentista ainda está por fazer; alguma coisa, sempre de primeira qualidade, trouxe o nunca esquecido Serafim da Silva Neto em sua *História da Língua Portuguesa*, cap. "O século XVI", que é de ler e rereer. Mas daí a fazer-se certas afirmações, como as das letras "b" e "c" é algo bastante temerário. **Ter** por **haver** com sentido existencial no português quinhentista, onde a documentação? O mesmo se dirá para construções do tipo **me empresta dinheiro** ou **vou lhe falar**.

A tese da "arcaicidade" do PB tem sido apresentada e defendida por filólogos brasileiros de alto porte, como Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo. Fixemo-nos nas palavras deste último:

Realmente, atentando-se à morfologia e à sintaxe do português popular do Brasil, chega-se à conclusão de que ele coincide, nas grandes linhas, com a língua do século de quatrocentos. (1971:97)

Essa língua, do final do século XV, é que deve de ter vindo às plagas brasilíndias nas primeiras décadas do séc. XVI. Mas nada nos autoriza a dar guarida quinhentista às formas das alíneas "b" e "d".

No tocante às inovações do PB, faz o Prof. Cast. uma seleção dos brasileirismos alinhados por Teyssier em sua HLP (146). Todavia, a contingência em que se encontrou de simplificar o conteúdo da exposição do mestre francês, dada a limitação do espaço de que poderia dispor no compêndio, levou-o a certas generalizações indevidas. Assim, p. ex., quando diz que no PB ocorreu a semivocalização do -l (**animau** por **animal**). Ressalva de Teyssier: "Seul l'extrême sud du pays maintient régulièrement l'ancienne distinction" (1980:105). Ou então: "Palatização de /t/ e /d/ seguidos de vogal média anterior: **tio** [t' iju] e mesmo [txiju], **diferença** [d' iferensa]." Restrição de Teyssier: "Il faut noter que le sud du pays échappe à cette palatalisation" (106). Ajunto que a mesma restrição pode ser estendida a certas áreas do Nordeste, ainda não bem delimitadas, como Paraíba e Sergipe. Cumpre observar que distinções semânticas como **pregar** ~ **prègar**, de origem diacrônica, não têm nenhum valor fonológico, por lhes faltar sistematicidade. Cfr. **presente** ~ **prèsent**, onde tal distinção fonossemântica não existe. E em muitos outros casos.

Quanto à oposição do tipo **cantamos ~ cantámos**, não me parece que o nosso modo de dizer seja uma inovação. Sabemos que as nasais portuguesas nasceram do contacto com as consoantes nasais herdadas do latim. E isso aconteceu quer quando a nasal era homossilábica quer quando heterossilábica. Portanto é possível ter havido desnasação progressiva no português europeu, ao contrário do Brasil, onde a nasalidade pode até ter encontrado apoio no adstrato indígena. Nesse caso a inovação teria sido portuguesa e não brasileira. Gonçalves Viana, tratando desse tipo de oposição, assim opina na *Ortografia Nacional*:

Como, porém, na pronunção mais geral se faz a distinção, parece-me que se deve de preferência acentuar graficamente o pretérito **louvámos por construir exceção à regra do a fechado antes de nasal** [o grifo é meu], conquanto... se não observe entre o presente e o perfeito dos verbos regulares das conjugações em **-er**, **-ir**, e em vários irregulares. (1904:142)

Quer dizer, p. ex., **vendemos**, pres. e pret., sem distinção de timbre no próprio Portugal. Demais o mesmo G. Viana reconhece que no Alentejo se pronuncia **louvámos** (142), no pretérito, o que também se dá na Beira (179). Tomando-se em consideração que no Brasil não se faz a mencionada distinção, vê-se como foi parcial e precipitada a inovação de GV de mandar pôr acento agudo no a tônico da terminação **-amos** da 1ª. pess. do pl. do pret. perf. do ind. dos verbos da 1ª. conjugação.

Atente-se ainda nestas palavras do Prof. Dr. Paiva Boléo, cujo recente desaparecimento tanto lamentamos:

Isto [a oposição **chegámos / chegámos** em Portugal] só é parcialmente exato. Basta observarmos a pronúncia de algumas dezenas de pessoas das nossas relações para nos convenceremos de que há grande número de portugueses que, na fala despreocupada, não estabelece distinção nos referidos tempos. Embora menos correta [Não sabemos em que sentido o Doutor Boléo empregou aqui a expressão "menos correta", [SE], a forma **chegámos** virá possivelmente a substituir a outra, não só porque exige menor esforço muscular, mas ainda porque o **m** tende naturalmente a fechar a vogal. (*Brasileirismos*, Coimbra, 1943:23-24)

Das "Variedades do PB" trata em prosseguimento o Prof. Castilho.

Duas metodologias destaca no estudo da diferenciação lingüística: a geolingüística e a sociolingüística. A primeira estende-se horizontalmente no espaço territorial, e a segunda se concentra na verticalidade dos estratos sociais. Da Geolingüística tivemos alguns frutos, os atlas lingüística já publicados: Bahia e Segipe, org. Nelson Rossi; Minas Gerais, org. Mário Zágari (e não Zággari; corrigir também na Bibliografia); Paraíba, org. Maria do Socorro Aragão. Existem outros em elaboração ou até pratica-

mente concluídos, como o do Paraná. No setor sociolingüística, temos algumas pesquisas isoladas, quase sempre na linha de Labov, diz-nos o Prof. Castilho.

Em relação ao tema, cita o Prof. Castilho duas bibliografias dialetais brasileiras: a de Maria do Socorro Silva de Aragão e a de Wolf Dietrich. Há um pouco mais. De valor, p. ex., é a parte referente ao português do Brasil na excelente *Bibliografia Dialectal Galego-Portuguesa*, editada pelo Centro de Lingüística das Universidades de Lisboa, 1976. Outras indicações em duas bibliografias mais recentes, a saber: a) *Bibliografia de Lingüística Portuguesa*, edição do Núcleo de estudos de Lingüística Contrastiva da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Litoral, s/d (mas a Introdução tem a data de setembro de 1987); b) *Bibliografia Seletiva da Língua Portuguesa*, Lisboa, ICALP/Ministério da Educação, 1989, XVI + 336 p., da autoria do Prof. José Azevedo Ferreira. A título de achega, acrescentarei a *Bibliografia selecionada de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira*, já impressa, organizada pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva para um curso que ministrou em Tóquio.

Para tratar das variedades do PB declara o Prof. Cast. ter tomado três parâmetros, a saber: a) variação segundo o canal (português falado/português escrito); b) variação sociocultural (português escolarizado/port. não escolarizado); c) variação temática (português escrito corrente/português escrito literário). Evidentemente e infelizmente não nos podemos alongar demasiado nesta recensão e por isso seremos sucinto a respeito.

O item b) se ocupa com a tradicional oposição entre a língua popular e a norma culta. A descrição só a faz o Prof. Castilho em relação à língua popular, assunto já suficientemente tratado pelo Prof. Chaves de Melo em *A língua do Brasil*. No referente à variedade dita escolarizada prefere alinhar trabalhos sobre o tema antes que descrever a referida variedade. Orientação que manterá no tratamento dos outros itens. Faço, porém, breve observação respeitante ao que Cast. chama "paradigma dos pronomes pessoais vigente na região central do Brasil" (255). No quadrinho que ilustra a questão, aparecem como possessivos, quer da 2ª quer da 3ª pess. apenas **seu/sua**. Quero salientar que, no Rio de Janeiro (obviamente enquadrado na região do Brasil genericamente dada como "central"), o uso do possessivo **teu** é comuníssimo. Ouve-se e escreve-se a cada passo. A razão é que o pronome de tratamento coloquial **você**, é sintaticamente da 3ª pess., mas semanticamente da 2ª. Quanto ao possessivo correspondente, seria **seu**. Contudo **seu** é semanticamente ambíguo, pois tanto se refere à pessoa com quem se fala como à de quem se fala. Ex.: "Pedro, eis aqui a sua bagagem" (de você), "F. ensina em seu livro" (dele). Para evitar a ambigüidade, recorreremos ao pronome **teu**, sempre de 2ª pess. Frases como esta "Se **você** não se comportar, eu vou chamar **teu** pai" são correntes entre nós. Dá-se uma espécie de neutralização sintático-semântica entre **você** e **teu**, de que surge um arquimorfema de tratamento (cumpre esclarecer que o Prof. Cast. está se referindo a um trabalho do Prof. Perini).

Na p. 262, ao se ocupar com a língua literária, incluiu o Prof. Cast., entre os escritores de uma série "bastante classicizante", Euclides da Cunha, a ombrear com Rui Barbosa ou Carlos de Laet. Inclusão surpreendente, pois o estilo (e de estilo se trata) de Euclides já foi dado como "bárbaro", para adequar-se ao tema da "epopéia negativa", expressão com que Stegagno Picchio classifica *Os sertões*; e do seu autor disse o apolíneo Joaquim Nabuco que escrevia com um cipó. José Veríssimo, de uma seriedade objetiva que alguns confundiram com opacidade, deixou-nos isto em seus *Estudos de Literatura Brasileira*, 5ª. série:

Pena é que, conhecendo a língua como a conhece, esforçando-se evidentemente por escrevê-la bem, possuindo reais qualidades de escritor (...), tenha o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo (...), sobrecarregando a sua linguagem de termos técnicos, de um boleo de frase como quer que seja arvevesado, de arcaísmos e sobretudo de neologismos, de expressões obsoletas ou raras, abusando frequentemente contra a índole da língua e contra a gramática, das formas oblíquias em **lhe** em vez do possessivo direto, do relativo **cujo** e, copiosamente, de verbos por ele formados, e de outros modos de dizer, que, ainda quando filologicamente se possam justificar, não são de fato itens necessários, nem belos, antes, a meu ver, dão ao seu estilo um tom de gongorismo, de artificialidade, que certo não estava na sua intenção. (1977:45-46)

Pondo de lado os juízos de natureza estética, a realidade é que não surge do texto supra um escritor de estilo "bastante classicizante".

Ao se ocupar com o "PB e sociedade nacional", escreve o seguinte o Prof. Cast.:

Desde logo, uma visão oficialista do "mundo que o português criou" tentou apagar as diferenças entre o PB e o PP (com a teoria da unidade na variabilidade) e buscou simplificar o panorama lingüístico brasileiro, descrevendo-o como um país praticamente unilingüe (Elia, 1979). (264)

A essa "visão oficialista" opõe-se naturalmente outra visão oficialista da mesma questão. Quanto ao que chamou "teoria" da unidade na variedade, não ficou bem definido se o Prof. Cast. a ela faz reservas, ou se não a aceita somente quando se trata de caracterizar o português do Brasil. Em qualquer das hipóteses, porém, a sua rejeição não procede, pois a tese da "unidade na variedade" é, desde Meillet, uma aquisição definitiva da Lingüística de nosso século. E quanto à interdição de aplicá-la ao estudo do português do Brasil, na linha, p. ex., do trabalho do saudoso e luminoso Serafim da Silva Neto, é algo surpreendente.

Para o Prof. Cast., é forçar a realidade situar o Brasil como país praticamente unilingüe. O reverso é que seria abalroar os fatos. Para comprová-lo, basta ligar um canal de televisão. E logo se ouvirá, do Amazonas ao Prata, como já foi hábito dizer, a mesma

língua portuguesa, naturalmente com as variedades diatópicas que qualquer outro país unilingüe apresenta. Conhece o Prof. Cast. alguma comunidade de cidadãos brasileiros que falem outra língua que não o português? Pelo menos, no seu ensaio, não aparece. Alude a sobrevivências de falares crioulos no Brasil, mas só consegue referenciar um crioulo em Helvécia, na Bahia, e um outro de uma comunidade de Cafundó, localizada em São Paulo. Sobre esses pretensos crioulos brasileiros, o que conheço de mais informativo é a nota nº 22, do ensaio do saudoso colega Celso Cunha, *Língua, Nação, Alienação*. Refere-se ainda Cast. a alguns falares fronteiriços; e nada mais. Onde, pois, o nosso multilingüismo ou plurilingüismo?

Quero ainda acrescentar que o chamado Projeto NURC – por extenso, "Projeto de estudo conjunto e coordenado da norma lingüística oral culta de cinco das principais capitais brasileiras" – não visa à identificação da norma culta do português do Brasil, que obviamente já existe há mais de um século. Cito a propósito as seguintes linhas esclarecedoras do mestre Celso Cunha, em seu opúsculo *A questão da norma culta brasileira*:

Embora a denominação do Projeto seja suficientemente explícita no dizer que o que se pretende pesquisar é a norma culta oral, tem havido por parte de uns poucos professores brasileiros uma total incompreensão a respeito dessa sua finalidade, confundindo observação de normas com estabelecimento de normas e, pior, não distinguindo normas da língua escrita das da língua oral. (1985: 23)

Na verdade, tenho observado que não são poucos e sim a maioria dos nossos professores interessados na questão que vêm confundindo os objetivos do Projeto NURC, enfatiza Celso Cunha que quer simplesmente observar e não estabelecer normas. Dou um exemplo comprovador do asserto. Refiro-me a uma comunicação da Prof^a Rosa Virgínia Silva apresentada em mesa redonda de um congresso realizado em Lisboa em 1983 e republicada em *Diversidade do português do Brasil*, Salvador, Bahia, 1988, sob o título "Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil (reflexão sobre o português e seu ensino)". Extraio daí as seguintes linhas:

A norma idealizada a partir de modelos literários do passado se encontra codificada na tradição da gramática pedagógica transmitida – de maneira já muito mais crítica agora – no ensino da língua portuguesa.

As normas, e não a norma, culturalmente prestigiadas e de fato em uso por certos segmentos definidos como cultos da população brasileira da atualidade estão em certa medida documentadas pelo Projeto NURC que, no momento, inicia sua fase de análise de dados. Os fundamentos para uma prática estão ainda longe de ser prontos para uma adaptação pedagógica que poderá partir de situações documentadas e permitirá, com certa margem de acerto, a condução do ensino baseada, pelo menos, nas variedades existentes nos dia-

letos dos segmentos cultos de cinco capitais brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul). (218)

Está, portanto, aí dito: a) que o **ensino escolar da língua portuguesa ainda** se baseia numa gramática pedagógica **idealizada a partir** de modelos literários do passado; b) que a norma ideal assim **deprecitada** acha-se defasada, isto é, não se compatibiliza com o uso real culto da **população brasileira**; c) que urge, portanto, ajustar o ensino gramatical à norma **culta dos falantes** brasileiros; d) que, nesse sentido, o Projeto NURC, embora **parcialmente**, já pode fornecer os dados necessários; e) que esses dados são **provenientes das variedades** existentes nos dialetos de segmentos cultos de cinco capitais **brasileiras**: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul.

Embora reconheça que "os **fundamentos para uma prática** estão ainda longe de ser prontos para uma **adaptação pedagógica**", admite a Prof^a Rosa Virgínia que os dados existentes poderão, "com certa **margem de acerto**", permitir "a **condução do ensino baseada**, pelo menos, nas **variedades existentes** nos dialetos dos segmentos cultos de cinco capitais brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul)". Positiva-se assim, **mais uma vez**, o **equivoco metodológico** a que já me referi em *A unidade lingüística do Brasil*. Consiste ele em, partindo-se da língua oral, sujeita às **cambiantes ocasionais da fala**, mesmo de pessoas cultas, e decorrentes do estado psíquico **momentâneo** do falante e/ou de fatores sociais conjunturais, pretender criar-se **uma nova gramática** pedagógica de feitiço brasileiro. **Parole e não langue**, para lembra Saussure. Na verdade o que temos é o falar coloquial tenso, na expressão de **Mattoso Câmara Jr.** E, nesse falar, as divergências em relação ao padrão culto, são **mínimas e**, o que é também notável, de curso geral no país. Baste citar casos como **vi ele, me deixe, foi no cinema, amanhã não tem aula, mistura de tratamento, que deixaram** de ser plebeísmos. Mas não devem penetrar na **língua formal, culta, em suma** no português padrão. A língua padrão tem atrás de si uma **tradição escrita, que a nutre e sustenta**. Em todo o mundo culto não se escreve como se **fala**. **Evitemos a confusão** denunciada por Celso Cunha de não se distinguir normas **da língua escrita das da língua oral**. Esse uso padronizado da língua portuguesa é o que é **praticado pelas pessoas realmente cultas** do país, mesmo por aquelas que **contra ele investem**, levadas por preconceitos pseudo-científicos. Há numerosas **instituições** espalhadas em nosso território, como as Academias Estaduais de Letras, ou a Academia Brasileira da Língua Portuguesa, fundada pelo estrênuo defensor da modalidade culta da língua, o Dr. Romeu Ritter dos Reis (cujo recente falecimento tanto deploramos) cujos membros se esmeram em escrever, e também falar, **com apuro** a língua portuguesa. Isso demonstra a existência, nos segmentos escolarizados da população brasileira, de um sentimento arraigado de amor e cultivo da **língua pátria**. E a língua, como sabemos, é fator primacial da unidade de uma **nação**. Será essa unidade um malefício que urja combater e destruir? Acrescento, embora pareça-me desnecessário, que, na gramática da língua padrão, não entram o léxico dito cultural, ou antes, sociocultural, nem as variedades fônico-articulatórias de cada região. Registre-se ainda que as mesmas pessoas que fazem praça de uma oralização da língua culta, quando procuram

aprender uma língua estrangeira, como o inglês, é a norma **standard** que querem estudar e não as suas variações diatópicas ou diastráticas.

Uma gramática pedagógica elaborada para um país já definidamente constituído social e politicamente não pode ter carácter pluralista. As variações são da língua oral, a língua escrita tem de aspirar à unidade.

Evidentemente o que determina a emergência de uma língua padrão são as diferentes situações do seu existir histórico. Unilingüismo ou multilingüismo são decorrências de fatores histórico-sociais. Em relação ao Brasil, p. ex., foi a nossa história viva, para falar com José Honório Rodrigues, que realizou a vitória da língua portuguesa (naturalmente sobre línguas indígenas ou africanas). Já recebemos do colonizador uma língua de cultura, que iria pouco depois ter a sua pedra angular na magistral epopéia camonianiana. Foi daí que prosseguimos, Portugal e Brasil, para a concretização de uma língua culta padrão, que herdamos e praticamos, com as suas notórias e inevitáveis alterações diacrônicas, gramaticalmente disciplinada, mas não artificialmente produzida. Eis formada a língua padrão, que, na definição do *Diccionario de Lingüística* (1986), composto pelos professores Ramón Cerdà Massó, María del Carmen Muñoz Olivares, José Luis Calero López de Ayala e Joana Lloret Cantero, é a "variedad lingüística que sirve de vehículo comunicativo para cubrir todas las necesidades sociales e individuales de los miembros de una comunidad".

As línguas não são objetos **naturais** de estudo, pois se incluem na investigação não das ciências **da natureza** e sim na das ciências ditas humanas, ou melhor, **culturais**. Por isso são de natureza essencialmente histórica. Daí que não se há de considerar a língua culta padrão como algo de artificial; do contrário, seriam igualmente artificiais quaisquer variedades "pedagogicamente" codificadas. Poderá surgir até uma contradição **in re**, que R. A. Hudson assim comenta:

The irony, of course, is that academic linguistics is likely to arise only in a society with a standard language, such as Britain, the United States, or France, and the **first** language to which linguistics pay attention is their own – a standard one. (*Sociolinguistics*, Cambridge, 1980: 34)

Não nos deixemos, portanto, seduzir pela idéia de que a verdade científica é uma só. Em ciência não há verdades absolutas, e as suas posições estão sujeitas a contínuas revisões e correções. Nem tenhamos a pretensão de carimbar como anticientífico aquilo que não pareça estar no ritmo do(s) modismo(s) dominante(s). Já o sábio Jacques Maritain nos havia advertido contra as falácias da **cronolatria epistemológica**. O que vem depois não é necessariamente melhor do que o que existia antes. A pedra de toque é a fidelidade ao real, **Adaequatio rei et intellectus**, ensinavam os escolásticos.

O Prof. Ataliba Teixeira de Castilho é mestre universitário, com valiosa folha de serviço no âmbito da língua portuguesa em particular e da Lingüística de modo geral. Esta sua contribuição ao estudo do português do Brasil vem somar-se a três

obras já clássicas sobre a questão: *O português do Brasil*, de Renato Mendonça, 1936; *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo, 1946, e *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto, 1950. A esses cumpre acrescer a modelar e atualizada síntese do professor da Universidade Paris–Sorbonne, Paul Teyssier, capítulo IV da sua *Histoire de la langue portugaise*, Paris, PUF, 1980. De ressaltar, na presente contribuição, as informações bibliográficas comentadas constantes dos números 1.2.1. a 1.2.1.3, p. 252-260. Destarte as observações feitas nesta recensão apenas refletem o interesse em nós despertado pela modernizada síntese do Prof. Castilho.

Sílvio Elia